



CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 01/2022

# CADERNO DE PROVA TIPO 1 – BRANCO

## ADVOGADO PLENO

### LEIA ATENTAMENTE AS SEGUINTE INSTRUÇÕES

1. Este caderno de prova contém **46 (quarenta e seis) questões objetivas**, enumeradas de 01 a 46, distribuídas da seguinte forma:
  - a) 01 a 05 – Língua Portuguesa;
  - b) 06 a 09 – Direito Constitucional;
  - c) 10 a 14 – Direito Administrativo;
  - d) 15 a 19 – Direito do Trabalho;
  - e) 20 a 24 – Direito Processual do Trabalho;
  - f) 25 a 29 – Direito Processual Civil;
  - g) 30 a 33 – Direito Civil;
  - h) 34 a 37 – Direito Empresarial;
  - i) 38 a 41 – Direito Tributário;
  - j) 42 a 46 – Legislação Específica.
2. Além das questões objetivas, este caderno também contém uma questão discursiva (**parecer jurídico**), com o devido espaço para o rascunho dos textos definitivos.
3. Confira se a quantidade e a ordem das questões deste caderno de prova estão de acordo com as instruções anteriores. Caso o caderno esteja incompleto, tenha defeito ou apresente qualquer divergência, comunique imediatamente ao fiscal de sala para que ele tome as providências cabíveis.
4. Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas **5 (cinco)** opções de resposta, sendo apenas uma resposta correta.
5. O tempo disponível para esta prova é de **5 (cinco) horas**.
6. Reserve tempo suficiente para marcar o seu cartão de respostas e preencher suas folhas de textos definitivos. Os rascunhos e as marcações assinaladas neste caderno **não** serão considerados na avaliação.
7. O candidato somente poderá se retirar do local da aplicação das provas após **60 (sessenta)** minutos de seu início.
8. Quando terminar, chame o fiscal de sala, entregue este **caderno de prova**, o **cartão de respostas** e as **folhas de textos definitivos**.
9. O candidato somente poderá retirar-se do local da aplicação levando consigo o caderno de provas a partir dos últimos **30 (trinta) minutos** do tempo destinado à realização da prova.

**Boa prova!**



# LÍNGUA PORTUGUESA

## Texto para as questões 01 a 05

### Guerra representa desafio histórico, mas é cedo para anunciar funeral da EU

O colega colunista Helio Beltrão escolheu uma boa semana para retomar o clichê mais envelhecido da Guerra da Ucrânia: "Putin joga xadrez, e Bruxelas, bolinhas de gude."

Na última quarta-feira (14), Ursula von der Leyen apresentou o plano da União Europeia para o inverno mais desafiador do pós-guerra. Ela confirmou o objetivo de reduzir a dependência do gás russo por meio de uma combinação de políticas tributárias e fiscais, do lançamento de um banco público para o desenvolvimento de hidrogênio e da reformulação do mercado de eletricidade do bloco.

Vladimir Putin, entretanto, perdeu alguns peões no xadrez e viu sua rainha ser ameaçada. Suas conquistas territoriais foram comprometidas por uma contraofensiva relâmpago do Exército ucraniano. O desempenho errático da Rússia no campo de batalha está sendo abertamente questionado por apoiadores internos e externos do regime, sobretudo a China, sua principal fiadora geopolítica.

O desafio da UE não pode ser subestimado. É grande a distância entre as projeções da tecnocracia de Bruxelas e a opinião pública europeia, aturdida por contas de luz espantosas. Depois de ver colapsar o seu modelo econômico de três décadas de exportação de bens tecnológicos para a China e importação de energia barata da Rússia, a Alemanha se encontra em estado de choque. Às vésperas de um *reality show* eleitoral da extrema direita, os italianos se preparam para desertar o debate estratégico europeu.

Ainda assim, a história nos ensina a evitar os funerais antecipados. Nunca faltaram profetas para anunciar o colapso iminente da União Europeia, seja na crise da zona do euro, no *brexit*, na pandemia e agora na guerra. Aconteceu sempre o contrário. Impotentes, os Estados soberanos foram transferindo as suas competências para a esfera de Bruxelas. Outrora uma fantasia inalcançável, a ideia de Estado federal está se tornando uma realidade pela força desses choques sistêmicos.

Os próximos meses também vão testar a credibilidade de outro clichê prevalente entre comentaristas, o da suposta desvantagem das democracias liberais no planejamento industrial de longo prazo.

O Kremlin acumulou divisas no começo do conflito e disseminou, com muito sucesso, a ideia de que a Europa seria terrivelmente enfraquecida pela utilização russa do petróleo e gás como arma.

Todavia ninguém, nem Putin, pode descartar a possibilidade de que a Europa sobreviva e concretize a sua autonomia energética. Nesse caso, a Rússia veria estabelecida a sua inferioridade no conflito entre os Estados Unidos e a China. Sua posição favorável no Sul Global poderia ficar comprometida pelos avanços da transição energética e pelas oportunidades econômicas que tais progressos proporcionam aos países emergentes. A invasão da Ucrânia deixou claro que a UE ainda é uma minipotência. Mas a sua resiliência pode alterar o cálculo das superpotências envolvidas na guerra do inverno na Eurásia.

(<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/mathias-alencastro/2022/09/guerra-representa-desafio-historico-mas-e-cedo-para-anunciar-funeral-da-ue.shtml>)

## Questão 01

Em relação à leitura do texto e seus possíveis sentidos, analise as afirmativas a seguir:

- I. O funeral da União Europeia se caracteriza pela morte provocada pela ruptura entre Rússia, Ucrânia e Comunidade Europeia.
- II. A visão de que a Eurásia faz parte de uma guerra se constrói por conta da dependência dos Estados europeus do gás da Rússia, que se transforma em instrumento de poder russo.
- III. Apesar de difícil, não é impossível que a União Europeia financie pesquisas em busca de sua autonomia energética, que levaria ao enfraquecimento da Rússia.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

## Questão 02

"Putin joga xadrez, e Bruxelas, bolinhas de gude." (L.3)

A segunda ocorrência de vírgula no período acima se justifica por se tratar de

- (A) orações com sujeito diferentes.
- (B) omissão de conjunção adversativa.
- (C) termo deslocado no período.
- (D) sequência enumerativa.
- (E) zeugma.

## Questão 03

Assinale a alternativa em que o segmento indicado ***não*** apresente voz passiva.

- (A) Suas conquistas territoriais foram comprometidas por uma contraofensiva relâmpago do Exército ucraniano. (L.12-14)
- (B) O desempenho errático da Rússia no campo de batalha está sendo abertamente questionado por apoiadores internos e externos do regime, sobretudo a China, sua principal fiadora geopolítica. (L.14-17)
- (C) O desafio da UE não pode ser subestimado. (L.18)
- (D) Impotentes, os Estados soberanos foram transferindo as suas competências para a esfera de Bruxelas. (L.31-32)
- (E) O Kremlin acumulou divisas no começo do conflito e disseminou, com muito sucesso, a ideia de que a Europa seria terrivelmente enfraquecida pela utilização russa do petróleo e gás como arma. (L.40-43)

## Questão 04

"Ainda assim, a história nos ensina a evitar os funerais antecipados. Nunca faltaram profetas para anunciar o colapso iminente da União Europeia, seja na crise da zona do euro, no *brexit*, na pandemia e agora na guerra." (L.27-30)

O termo sublinhado no período acima exerce a função sintática de

- (A) adjunto adnominal.
- (B) complemento nominal.
- (C) adjunto adverbial.
- (D) objeto indireto.
- (E) agente da passiva.

**Questão 05**

“O colega colunista Helio Beltrão escolheu uma boa semana para retomar o clichê mais envelhecido da Guerra da Ucrânia: “Putin joga xadrez, e Bruxelas, bolinhas de gude.” (L.1-3)

O segmento após os dois-pontos, em relação ao segmento anterior, aponta uma

- (A) explicação.
- (B) explicitação.
- (C) enumeração.
- (D) exemplificação.
- (E) especificação.

**DIREITO CONSTITUCIONAL****Questão 06**

Em função do descumprimento reiterado de ordem judicial emitida pela Justiça Estadual que vem gerando forte crise institucional que repercute na segurança pública local, cogita-se a solicitação de intervenção federal naquela unidade federativa.

Para que o instrumento que visa garantir a lei e a ordem possa ser aprovado, é necessário

- (A) requisição do Procurador-Geral de Justiça ao Presidente da República solicitando a intervenção.
- (B) representação do Presidente do Tribunal de Justiça ao Presidente do Supremo Tribunal Federal solicitando a intervenção.
- (C) apreciação do Congresso Nacional a respeito da solicitação de intervenção.
- (D) requisição do Presidente do Congresso Nacional ao Presidente da República solicitando a intervenção.
- (E) decretação de ofício da intervenção pelo Presidente da República.

**Questão 07**

O município é regido pela Lei Orgânica, que, para ser aprovada, necessita de

- (A) votação do projeto em 2 turnos, com interstício mínimo de 15 dias entre cada turno.
- (B) promulgação pelo Prefeito.
- (C) observância dos princípios da Constituição Estadual.
- (D) aprovação por 2/3 dos membros da Câmara Municipal.
- (E) exercício da função legislativa do Poder Constituinte decorrente.

**Questão 08**

De iniciativa do Poder Executivo, a Lei de Diretrizes Orçamentárias

- (A) orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual.
- (B) estabelecerá diretrizes da política fiscal.
- (C) estabelecerá a política de aplicação das agências reguladoras oficiais de fomento.
- (D) compreenderá as metas da Administração Pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.
- (E) será acompanhada de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

**Questão 09**

De acordo com o rol de competências legislativas previsto pelo constituinte, compete ao Município

- (A) definir os crimes de responsabilidade do Prefeito.
- (B) desautorizar a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.
- (C) regular mediante lei, privativamente, o horário do comércio local.
- (D) determinar medidas que propiciem segurança, conforto e rapidez aos usuários de serviços bancários.
- (E) dispor, com a supervisão técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população.

**DIREITO ADMINISTRATIVO****Questão 10**

Assinale a alternativa em que esteja corretamente indicado um integrante da Administração Direta.

- (A) Organização Não Governamental
- (B) Partidos Políticos
- (C) Ordem dos Advogados do Brasil
- (D) Órgãos Públicos
- (E) Autarquias

**Questão 11**

É correto afirmar que os atos praticados por administradores de uma sociedade de economia mista, nessa qualidade,

- (A) podem ter natureza de ato administrativo.
- (B) sempre são considerados atos privados.
- (C) nunca têm natureza vinculada.
- (D) quando têm natureza de ato administrativo, são discricionários.
- (E) sempre são considerados atos administrativos.

**Questão 12**

Com relação à responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar que ele

- (A) responde por danos causados por culpa exclusiva da vítima.
- (B) responde apenas por danos causados aos particulares por omissão.
- (C) responde apenas por danos causados aos particulares por ação.
- (D) pode causar danos a particulares por ação ou por omissão.
- (E) não responde por danos causados aos particulares.

**Questão 13**

Contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público, é correto afirmar que

- (A) sempre cabe mandado de segurança.
- (B) não cabe mandado de segurança.
- (C) cabe mandado de segurança.
- (D) cabe mandado de segurança quando incabível *habeas corpus*.
- (E) cabe mandado de segurança quando incabível *habeas data*.

**Questão 14**

A nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos estabelece normas gerais de licitação e contratação. Uma das modalidades de licitação previstas na referida lei é assim descrita: “modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto”.

Tal descrição se refere a:

- (A) pregão.
- (B) concorrência.
- (C) concurso.
- (D) diálogo competitivo.
- (E) leilão.

**DIREITO DO TRABALHO****Questão 15**

Amarildo trabalha numa indústria e cumpre o horário de trabalho compreendido das 8h às 20h, com 2 horas de intervalo para descanso e refeição. Ocorre que, frequentemente, seu empregador não lhe permite o gozo do intervalo de duas horas, e Amarildo acaba por usufruir somente uma hora de intervalo intrajornada, motivo pelo qual procura um advogado para que o esclareça sobre os direitos que pode cobrar em eventual reclamação trabalhista.

Pela análise da situação hipotética acima descrita, acerca do intervalo intrajornada, é correto afirmar que a não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais

- (A) implica o pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.
- (B) implica o pagamento, de natureza salarial, apenas do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.
- (C) implica o pagamento, de natureza indenizatória, do intervalo integral, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.
- (D) implica o pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido, com acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.
- (E) implica o pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido, sem acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.

**Questão 16**

No que se refere ao adicional noturno dos trabalhadores urbanos, assinale a alternativa correta.

- (A) Salvo nos casos de revezamento semanal ou quinzenal, o trabalho noturno terá remuneração superior à do diurno, e, para esse efeito, sua remuneração terá um acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento), pelo menos, sobre a hora diurna.
- (B) Salvo nos casos de revezamento semanal ou quinzenal, o trabalho noturno terá remuneração superior à do diurno, e, para esse efeito, sua remuneração terá um acréscimo de 20% (vinte por cento), pelo menos, sobre a hora diurna.
- (C) A hora do trabalho noturno será computada como de 60 minutos.
- (D) Considera-se noturno o trabalho executado entre as 20 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte.
- (E) Considera-se noturno o trabalho executado entre as 21 horas de um dia e as 6 horas do dia seguinte.

**Questão 17**

Desde abril de 2020, José é empregado em uma loja de alimentos naturais, com carteira de trabalho devidamente assinada. No último recibo de seu salário, verificou-se o pagamento das seguintes parcelas: abono, prêmio, comissão e diária para viagem.

Analisando-se a situação acima descrita, assinale a alternativa que indique corretamente a(s) verba(s) que, de acordo com a CLT, integra(m) o salário e constitui(em) base de incidência de encargo trabalhista.

- (A) abono
- (B) prêmio
- (C) comissão
- (D) diária para viagem
- (E) prêmio e comissão

**Questão 18**

Joana é empregada de uma empresa privada e, diferentemente de seus colegas de trabalho, quase todos os dias chega atrasada e apresenta baixa produtividade. Além dos atrasos, falta ao trabalho frequentemente, sem justificativa alguma. Por tais motivos, foi advertida verbalmente e, permanecendo a mesma situação, foi advertida por escrito. Posteriormente, também foi suspensa por duas vezes.

Analisando a situação hipotética acima descrita, e tendo em vista as diversas atitudes de Joana, assinale a alternativa que apresente corretamente a falta considerada grave que possibilitaria a sua dispensa por justa causa.

- (A) incontinência de conduta
- (B) improbidade
- (C) desídia no desempenho das funções
- (D) mau procedimento
- (E) insubordinação

**Questão 19**

Com base no texto expresso na CLT, assinale a alternativa correta.

- (A) Considera-se como alteração unilateral do contrato de trabalho a determinação do empregador para que o empregado reverta ao cargo efetivo, anteriormente ocupado, deixando o exercício da função de confiança.
- (B) Recebendo a gratificação de função por mais de dez anos, o empregado, ainda que seja revertido ao cargo anterior, não poderá deixar de receber o valor da gratificação de função.
- (C) É ilícita a transferência de empregado, mesmo quando decorrer de extinção do estabelecimento em que trabalha.
- (D) O empregador poderá transferir o empregado para localidade diversa da que resultar o contrato de emprego, em caso de necessidade de serviço, mas ficará obrigado a pagamento suplementar, nunca inferior a 25% (vinte e cinco por cento) dos salários do empregado, percebida naquela localidade, enquanto durar a situação.
- (E) Considera-se transferência a que não resultar em mudança de domicílio do empregado.

**DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO****Questão 20**

Manuel da Silva ajuizou Reclamação Trabalhista em face de seu ex-empregador, sendo julgados procedentes os pedidos, sem que houvesse interposição de recurso algum por nenhuma das partes. Três meses após o trânsito em julgado, seu empregador ajuizou ação rescisória no TRT, tendo sido julgado improcedente o pedido rescisório. Não satisfeito, pretende recorrer para reexame e consequente reforma da decisão.

Diante do exposto, assinale a alternativa correspondente ao procedimento a ser adotado, bem como o tribunal competente para julgar o recurso.

- (A) Recurso Ordinário, para o TST
- (B) Recurso de Revista, para o TST
- (C) Recurso Ordinário, para o TRT
- (D) Apelação, para o TST
- (E) Apelação, para o TRT

**Questão 21**

Quanto à execução na Justiça do Trabalho, é correto afirmar que

- (A) qualquer interessado ou o juiz de ofício poderá promover a execução.
- (B) é proibido ao devedor efetuar o pagamento imediato da parte que entender devida à previdência social.
- (C) é competente para a execução das decisões o Juiz ou Presidente do Tribunal que tiver conciliado ou julgado originariamente o dissídio.
- (D) somente será executado título executivo judicial na Justiça do Trabalho.
- (E) não se aplica a prescrição intercorrente no processo do trabalho.

**Questão 22**

Em reclamação trabalhista ajuizada em março de 2020, os pedidos formulados por João em face de Gota de Ouro Ltda. foram julgados totalmente procedentes.

Em relação à verba honorária, de acordo com a CLT, sabendo-se que o patrocínio de João foi por advogado particular contratado por ele, assinale a afirmativa correta.

- (A) Haverá condenação em honorários de, no mínimo, 10% (dez por cento) e de, no máximo, 20% (vinte por cento), em favor do advogado.
- (B) Haverá condenação em honorários de, no mínimo, 5% (cinco por cento) e de, no máximo, 15% (quinze por cento) em favor do advogado.
- (C) Não haverá condenação em honorários advocatícios, porque o autor não está assistido pelo sindicato de classe.
- (D) Somente se a assistência do advogado do autor for gratuita é que haverá condenação em honorários, de 20% (vinte por cento).
- (E) Somente se a assistência do advogado do autor for gratuita é que haverá condenação em honorários, de 15% (quinze por cento).

**Questão 23**

Em reclamação trabalhista ajuizada pelo rito sumaríssimo, por Gildo em face de Raio de Sol Ltda., foram julgados procedentes todos os pedidos, e, após o recurso ordinário interposto não lhe ser favorável, a empresa empregadora pretende interpor recurso de revista.

Levando-se em consideração as normas constantes na CLT e o entendimento sumulado do TST para a interposição do recurso de revista, é correto afirmar que, nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo,

- (A) somente será admitido recurso de revista por contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho, e súmulas e orientações jurisprudenciais, súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal e por violação direta da Constituição Federal.
- (B) somente será admitido recurso de revista por contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal e por violação direta da Constituição Federal, não sendo possível quando houver contrariedade a orientações jurisprudenciais do TST.
- (C) será admitido recurso de revista para reexame de fatos e provas, por contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal e por violação direta da Constituição Federal.
- (D) somente será admitido recurso de revista por contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal e por violação direta da Constituição Federal, cujo julgamento poderá ser de competência tanto do TRT quanto do TST.
- (E) somente será admitido recurso de revista por contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal e por violação direta da Constituição Federal, tanto nos dissídios coletivos, quanto nos dissídios individuais.

**Questão 24**

Fábio é portador de estabilidade sindical e foi demitido sem motivo justificado, pretendendo ser reintegrado de imediato, motivo pelo qual ajuíza reclamação trabalhista, com pedido liminar de reintegração, que foi deferido pelo magistrado, mesmo sem a oitiva da parte contrária e determinada a sua reintegração imediata ao emprego.

Um advogado foi procurado pelo empregador para reverter a situação.

Analisando a situação hipotética acima narrada, é correto afirmar que deverá

- (A) ser interposto o recurso de agravo de instrumento.
- (B) ser impetrado mandado de segurança.
- (C) ser interposto recurso ordinário.
- (D) ser interposto recurso de apelação.
- (E) ser ajuizada ação rescisória.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

**Questão 25**

No exercício da jurisdição nacional, existem limites que determinam até onde o Estado pode exercer sua soberania.

É de competência exclusiva da autoridade judiciária brasileira

- (A) proceder à partilha de bens situados no Brasil, ainda que o titular seja de nacionalidade estrangeira.
- (B) julgar ações decorrentes de relações de consumo, quando o consumidor tiver domicílio ou residência no Brasil.
- (C) decidir demanda em que no Brasil tiver de ser cumprida a obrigação.
- (D) julgar ações de alimentos, quando o réu obtiver benefícios econômicos no Brasil.
- (E) conhecer de ações relativas a bens móveis e imóveis situados no Brasil.

**Questão 26**

Na resolução de litígios envolvendo direito real sobre imóveis, é competente o foro de situação da coisa. Essa regra é absoluta no caso de

- (A) reconhecimento de usufruto.
- (B) liberação de hipoteca.
- (C) alienação fiduciária.
- (D) manutenção de posse.
- (E) penhor de bem.

**Questão 27**

Na hipótese do exercício de forma abusiva de direitos processuais com o intuito de prejudicar a parte contrária, ocorre o fenômeno da litigância de má-fé.

A sanção por essa conduta implica

- (A) multa ao limite de 5% do valor da causa.
- (B) fixação de multa em até 5 vezes o valor do salário mínimo quando o valor da causa for irrisório.
- (C) benefício de fundo de administração do Judiciário, que receberá os valores arbitrados.
- (D) condenação por censura ao advogado nos autos do processo em que se deu a ilicitude.
- (E) condenação a arcar com os honorários advocatícios da parte prejudicada.

**Questão 28**

Considerando o recurso previsto para impugnar decisões interlocutórias, conforme o disposto no Código de Processo Civil, é correto afirmar que ele é cabível contra

- (A) decisão que homologa a atualização do cálculo da liquidação.
- (B) decisão que indefere pedido de julgamento antecipado do mérito por haver necessidade de dilação probatória.
- (C) decisão que indefere o pedido de exclusão de litisconsorte.
- (D) decisão que não decide o mérito, mas impõe ao beneficiário o dever de arcar com as despesas da estadia do bem móvel objeto da busca e apreensão em pátio de terceiro.
- (E) decisão de mérito que acolhe ou afasta a arguição de impossibilidade jurídica do pedido.

**Questão 29**

Quando duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, é correto afirmar que

- (A) o litisconsórcio será multitudinal quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.
- (B) no campo da legitimidade ordinária, o litisconsórcio será necessário e unitário quando o processo versar sobre coisa ou relação jurídica una e incidível, que tenha vários titulares.
- (C) o litisconsórcio será facultativo e simples quando houver comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide.
- (D) as ações de nulidade de casamento ajuizadas pelo Ministério Público são um exemplo de litisconsórcio simples.
- (E) em caso de relação jurídica plurilateral que envolva diversos titulares do mesmo direito, o juiz deve convocar, por edital, os litisconsortes unitários passivos incertos e indeterminados.

## DIREITO CIVIL

**Questão 30**

O nome é um direito da personalidade ao qual se aplica o princípio da imutabilidade relativa.

Nesse sentido, **não** é cabível modificar o nome

- (A) de menor para exclusão do agnome “filho” e inclusão do sobrenome materno, sem motivação idônea.
- (B) no primeiro ano após atingir a maioridade civil.
- (C) para acrescentar apelido público notório.
- (D) para averbação do nome abreviado, usado como firma comercial ou em atividade profissional.
- (E) no caso de morte do cônjuge.

**Questão 31**

A reunião legal entre duas ou mais pessoas para a realização de um objetivo comum pode resultar na organização associativa.

Na associação civil, é correto afirmar que

- (A) a finalidade econômica é admitida.
- (B) os associados possuem direitos e obrigações recíprocos.
- (C) o contrato social estabelece os direitos e as obrigações para cada um dos proprietários.
- (D) a ocorrência da transformação, fusão, incorporação ou cisão é admitida.
- (E) a exclusão do associado é admissível sem justa causa.

**Questão 32**

Nas relações obrigacionais estabelecidas com terceiros, se os bens da pessoa jurídica de direito privado não lhe cobrirem as dívidas, respondem os seus integrantes pelo saldo, na proporção em que participem das perdas sociais, salvo cláusula de responsabilidade solidária.

Essa previsão se aplica

- (A) às associações.
- (B) às sociedades simples.
- (C) às entidades sem personificação.
- (D) às cooperativas.
- (E) aos partidos políticos.

**Questão 33**

Funcionário de um condomínio residencial entrou, fora do horário de serviço, no apartamento de um morador que se encontrava no trabalho e tinha o costume de não trancar a porta. Uma vez lá, pegou, sem a autorização do morador, o cachorro para passear. Na rua, o animal foi atropelado e quebrou a pata. O morador pretende entrar com uma ação de reparação de danos.

Nesse cenário, o condomínio

- (A) não responde pelos danos causados porque Pedro praticou o ato ilícito fora do horário de expediente.
- (B) responde pelos danos causados por seus empregados fora do horário de expediente, ainda que não seja em razão do seu trabalho.
- (C) não responde pelos danos causados pois somente o agente que causou o dano tem a obrigação de indenizar os prejuízos sofridos pelo lesado.
- (D) responde pelos danos causados por seus empregados mesmo que fora do horário de expediente, desde que em razão do seu trabalho.
- (E) não responde pelos danos causados, bem como o funcionário, pois os danos foram causados por terceiro.

**DIREITO EMPRESARIAL****Questão 34**

As indicações geográficas podem ser denominação

- (A) de origem e indicação de procedência.
- (B) de origem controlada e indicação de procedência.
- (C) de origem e indicação de proveniência.
- (D) de origem, indicação de procedência e de proveniência.
- (E) de origem, marca de certificação e indicação de procedência.

**Questão 35**

No que tange à ação de responsabilidade do administrador numa S.A., é correto afirmar que

- (A) sempre que for proposta pela própria companhia, recebe o nome de ação *ut universi*.
- (B) quando for proposta por acionista, pode ser *ut singuli* e *ut universi*.
- (C) sempre que for proposta por acionista, deve ser ação individual.
- (D) quando for proposta por acionista, pode ser individual e *ut singuli*.
- (E) quando for proposta por terceiro, deve ser ação *ut universi*.

**Questão 36**

O Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis tem por órgão(s)

- (A) a Comissão de Valores Mobiliários.
- (B) a Junta Comercial e o Registro Civil de Pessoa Jurídica (RCPJ).
- (C) a Junta Comercial e o Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração.
- (D) o Registro Civil de Pessoa Jurídica e o Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração.
- (E) a Junta Comercial e o Instituto Nacional da Propriedade Industrial.

**Questão 37**

São espécies de endosso impróprio

- (A) mandato e póstumo.
- (B) mandato e caução.
- (C) caução e póstumo.
- (D) póstumo, mandato e caução.
- (E) em preto e em branco.

**DIREITO TRIBUTÁRIO****Questão 38**

O Fisco não pode cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou e não pode cobrar tributos antes de decorridos 90 dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

Essa regra se aplica a(o)

- (A) Imposto de Importação.
- (B) ICMS monofásico sobre combustíveis.
- (C) CIDE-combustíveis.
- (D) base de cálculo do IPTU.
- (E) revogação de benefício fiscal.

**Questão 39**

O ITBI é imposto municipal que incide sobre a transmissão, por ato oneroso, de bens imóveis intervivos. No entanto, há municípios que não editaram lei para instituir o ITBI.

No caso para esses municípios, o imposto é objeto de

- (A) imunidade.
- (B) isenção.
- (C) não incidência.
- (D) alíquota zero.
- (E) anistia.

**Questão 40**

Em fevereiro do presente ano, é realizada a venda de imóvel entre particulares. No mês seguinte, o antigo proprietário recebe a cobrança do IPTU do bem alienado. Por não ter mais vínculo com a casa, ele ignora o débito. Diante disso, a Fazenda Pública pretende ajuizar execução fiscal.

A responsabilidade tributária do antigo proprietário é

- (A) exclusiva.
- (B) subsidiária.
- (C) residual.
- (D) inexistente.
- (E) solidária.



**Questão 41**

Considerando as espécies tributárias existentes em nosso ordenamento, a seguinte exação é um tributo regularmente exigível:

- (A) laudêmio.
- (B) FGTS.
- (C) taxa de iluminação pública.
- (D) anuidade de conselho profissional.
- (E) tarifa de luz.

**LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA****Questão 42**

Para os fins da Lei 13.709/18, considera-se

- (A) operador a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.
- (B) controlador a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do operador.
- (C) encarregado a pessoa natural, indicada pelo controlador, que atua como canal de comunicação entre o controlador e os titulares e a autoridade nacional.
- (D) eliminação a exclusão de dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, dependendo do procedimento empregado.
- (E) anonimização a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo.

**Questão 43**

Em relação ao que estabelece a Lei 13.709/18, analise as afirmativas a seguir:

- I. Caso o consentimento seja fornecido por escrito, esse deverá constar de cláusula destacada das demais cláusulas contratuais.
- II. Cabe ao controlador o ônus da prova de que o consentimento foi obtido em conformidade com o disposto na lei.
- III. O consentimento deverá referir-se a finalidades determinadas, e as autorizações genéricas para o tratamento de dados pessoais serão nulas.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

**Questão 44**

Com base na Lei 13.709/18, analise as afirmativas a seguir:

- I. Quando o tratamento for baseado no legítimo interesse do controlador, quaisquer dados pessoais para a finalidade pretendida poderão ser tratados.
- II. O controlador deverá adotar medidas para garantir a transparência do tratamento de dados baseado em seu legítimo interesse.
- III. A autoridade nacional poderá solicitar ao controlador relatório de impacto à proteção de dados pessoais, quando o tratamento tiver como fundamento seu interesse legítimo, observados os segredos comercial e industrial.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

**Questão 45**

Com base no que reza a Lei 12.527/11, analise as afirmativas a seguir:

- I. Sem prejuízo da segurança e da proteção das informações e do cumprimento da legislação aplicável, o órgão ou entidade poderá oferecer meios para que o próprio requerente possa pesquisar a informação de que necessitar.
- II. Quando não for autorizado o acesso por se tratar de informação total ou parcialmente sigilosa, o requerente deverá ser informado sobre a possibilidade de recurso, prazos e condições para sua interposição, devendo, ainda, ser-lhe indicada a autoridade competente para sua apreciação.
- III. A informação armazenada em formato digital será fornecida nesse formato, independentemente da anuência do requerente.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

**Questão 46**

De acordo com a Lei 12.527/11, as autoridades que exerçam funções de direção, comando ou chefia têm competência para classificação do sigilo de informações no âmbito da Administração Pública federal no grau de

- (A) ultrassecreto.
- (B) secreto.
- (C) ultrarreservado.
- (D) reservado.
- (E) restrito.

## PARECER JURÍDICO

Determinado órgão público requer a revisão do contrato administrativo firmado com empresa privada, uma vez que houve alteração da carga tributária (para menor) ligada diretamente ao objeto do contrato. A alteração foi a redução da carga tributária de determinada exação incidente sobre a atividade da sociedade empresária em questão, com quem a União mantém contrato administrativo. No caso presente, a alteração da carga tributária já estava legalmente prevista (mas não fora implementada) no momento da celebração do contrato.

O Tribunal de Contas encarregado de analisar os contratos administrativos firmados pelo ente público entendeu que deveriam ser analisados os pactos firmados, para a apreciação da repercussão efetiva nos preços e, sendo esta provada, efetivar-se a revisão.

Há, nos autos, cálculos que comprovam que a desoneração ocorrida tem repercussão positiva (para a empresa) nos preços contratados.

Elabore um parecer jurídico sobre a situação proposta, devendo obrigatoriamente abordar os quesitos a seguir:

- a) os princípios aplicáveis na análise do caso;
- b) as regras incidentes, sendo obrigatória a citação de mais de uma fonte legal;
- c) a repercussão da decisão do Tribunal de Contas: coercibilidade;
- d) a repactuação ou não dos preços: conclusão fundamentada do parecer.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	

56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	

RASCUNHO





Instituto  
**ACCESS**